

a vantagem de a tentativa de conciliação obrigatória, se necessária, se poder basear nas propostas e contrapropostas que tivessem sido produzidas. De um modo ou doutro, não mais se verificaria a existência de conflitos que se arrastam indefinidamente — objectivo que é, afinal, o visado pelo problema da resolução dos «conflitos colectivos de trabalho».

Maria
Manuela
da
Silva

Aspectos novos da cooperação internacional

O tema da cooperação figura na ordem do dia dos encontros internacionais, das publicações científicas ou de divulgação de carácter económico e social, dos discursos políticos, etc. Trata-se de um tema recente na sua formulação actual; com efeito, só de há alguns anos a esta parte se começou a deixar de falar em *assistência* técnica e a preferir aquela outra designação de *cooperação* internacional. A mudança de terminologia não teve apenas um sentido exterior, antes significou uma mudança substancial, muito embora esta se realize mais, por ora, no plano das intenções e das atitudes mentais do que no das realizações de facto.

A ideia de base subjacente à nova nomenclatura é a de que existe uma lei de solidariedade entre todos os povos, a qual não é quebrada pelas barreiras que definem os contornos geográfico-políticos de cada país. O reconhecimento de semelhante vínculo à escala mundial impõe que se substitua a economia egoísta de enriquecimento dos ricos e empobrecimento dos pobres por uma economia de cooperação, que opere o integral aproveitamento dos recursos mundiais e igualmente assegure a equitativa repartição dos benefícios alcançados. Como o desenvolve PERROUX, a uma economia de dons (que vem com dádivas de generosidade corrigir os vícios dos desmandos económicos) importa fazer suceder uma economia construída com base em sãs relações bilaterais e multilaterais ¹.

Não cabe na índole desta nota uma especulação muito pro-

¹ Vd. François PERROUX — *L'économie du XX^e siècle*, P. U. F., 1961.

funda e desenvolvida. É nosso intuito apenas registrar dois factos que ilustram o interesse votado ao problema da cooperação internacional, segundo a linha acima esboçada.

O PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DECÉNIO 1962-1972

As Nações Unidas e, principalmente, as suas agências especializadas, muito têm contribuído para chamar a atenção para o problema da desigual repartição da riqueza no mundo. É conhecida a proporção: 2/3 da humanidade «morrem de fome», dispondo o restante terço de mais do que o suficiente para viver. A esta desigualdade correspondem espaços geográficos bem determinados: situa-se na Ásia, na África e na América Latina, o primeiro grupo; à Europa (norte e centro) e à América do Norte pertence o segundo.

Através de um programa especial para o decénio 1962-1972, as Nações Unidas pretendem fazer face a esta situação de desigualdade internacional, dando especial atenção ao problema da fome.

É neste sentido que o secretário-geral daquela organização internacional elaborou um documento onde se contêm as bases da política a seguir.

Começa por recordar-se aí alguns conceitos de base relativos ao desenvolvimento:

- a sua dimensão simultaneamente económica e social;
- a valorização humana como objectivo de todo o desenvolvimento;
- a necessidade da programação, como técnica de melhor aproveitamento dos recursos.

A necessidade de recorrer à programação está inerente à limitação dos recursos disponíveis e obriga a fazer a sua inventariação cuidada e a resolver, nos quadros do plano, os problemas fundamentais inerentes a uma utilização adequada dos bens.

O tipo de programação que se preconiza deixa inteira margem à iniciativa privada e não exclui, antes pressupõe, a iniciativa e cooperação daqueles a quem o desenvolvimento irá beneficiar. Dito de outro modo, as Nações Unidas põem ênfase no *desenvolvimento comunitário* como técnica de progresso social.

Entre as políticas concretas, preconizadas pelas Nações Unidas em ordem à aceleração do desenvolvimento no mundo no decénio referido, registam-se as seguintes:

- fixação de objectivos concretos por países e grupos de países e mesmo em plano mundial [do ponto de vista

- económico, foi estabelecida uma taxa de crescimento anual bruto da ordem dos 5 %; entrando em conta com a expansão demográfica no mesmo período (2 % a 2,5 % ao ano) equivale a dizer que o nível de vida seria o dobro do actual nos próximos 25 a 30 anos];
- intensificação dos empréstimos em capitais e pessoal técnico dos países ricos aos países em desenvolvimento (calcula-se que, se apenas 1 % do rendimento nacional dos países ricos fosse investido nos países em vias de desenvolvimento, ter-se-ia assegurado o objectivo inicialmente fixado de uma taxa de crescimento da ordem dos 5 %);
 - alteração dos processos de troca entre os países (de pouco ou nada vale a cooperação nacional se esta não for secundada por relações de troca entre os diferentes países, assentes em bases de reciprocidade; já foi calculado, para alguns países de África, que o montante das ajudas recebidas do exterior — empréstimos e dádivas — foi amplamente coberto pelas perdas sofridas por esses países, em resultado das flutuações de preços verificadas nos mercados de exportação);
 - assistência técnica (sugere-se que, de preferência, os peritos das Nações Unidas ou dos diferentes países se enquadrem em equipas polivalentes e que se empenhem sobretudo na criação das instituições necessárias para assegurar a continuidade do seu trabalho);
 - coordenação entre todos os organismos de cooperação e destes com os governos de cada país interessado em beneficiar da colaboração das Nações Unidas.

O «FORUM» EUROPEU SOBRE A AMÉRICA LATINA

Organizado pela U. N. I. A. P. A. C., realizou-se em fins de Novembro último uma sessão de estudo consagrada aos problemas da América Latina. Neste encontro estiveram representados membros de governo, professores universitários e grandes industriais da Europa e América Latina, para em conjunto estudarem a política que importaria definir em ordem à maior intensificação do ritmo de crescimento dos países do continente sul-americano. Estamos de novo perante um problema de cooperação, agora entre dois continentes que têm indiscutíveis afinidades socio-culturais.

O fim desta iniciativa situa-se na perspectiva certa de cooperação que já descrevemos atrás. Com efeito, usando palavras da entidade responsável pelo encontro, o objectivo do «Forum» era «permitir aos Europeus debruçarem-se sobre as suas próprias concepções a respeito da América Latina, proporcionar-lhes a ocasião

de rever algumas das suas atitudes e convidá-los a tomar as medidas práticas e concretas que habilitem a Europa a participar inteiramente no desenvolvimento da América Latina».

As conclusões dos trabalhos efectuados são a melhor ilustração dos princípios atrás referidos; por isso, seguidamente, as resumiriamos:

- elaboração de um programa de acção por parte do sector público que tenha em conta as necessidades do desenvolvimento da América Latina; este programa deve visar o progresso da economia geral daquele continente e orientar-se para a promoção integral do homem numa sociedade baseada sobre a justiça social e o respeito da liberdade individual;
- acção comum por parte dos elementos responsáveis dos dois continentes; recomenda-se, de forma especial, o esforço da iniciativa privada e a colaboração que pode dar-se no campo comercial, financeiro, técnico e industrial; cada um destes campos mereceu dos participantes do «Forum» uma atenção particular que se traduz no enunciado de um somatório de medidas concretas.

O problema de fundo da América Latina não resulta, aliás, da falta de recursos nesta vasta região do globo. Pelo contrário, as prospecções já efectuadas mostram que, pelo menos, relativamente a alguns países desse continente — e o Brasil será um deles — existem recursos potenciais muito amplos. Até agora, porém, não foi possível fazer o aproveitamento adequado de tais recursos potenciais, nem sequer acompanhar devidamente a taxa de crescimento da população. Alguns números ilustram esta afirmação: depois de ter atingido taxas de crescimento do produto da ordem dos 6 % (1955) e 6,9 % (1957), a América Latina, no seu conjunto, enfraqueceu a taxa de crescimento do seu rendimento anual: em 1958, foi apenas de 3,8 %. Entrando com o acréscimo demográfico anual, o aumento de rendimento por habitante foi somente de 0,3 % em 1959, percentagem esta excessivamente baixa, mormente quando se tem em conta o baixo nível da vida actual.

Esta situação quanto ao ritmo do crescimento do rendimento condensa e esconde outros aspectos do problema verdadeiramente angustiantes. Assim, a expansão demográfica põe com gravidade a questão de assegurar emprego a ritmo compatível com aquela; contudo, a lentidão com que se desenvolve a actividade económica não consegue fazer uma absorção superior a 50 % da mão-de-obra que se oferece, o que significa concomitantemente uma permanência de desemprego da ordem dos 50 %.

Acresce a esta situação o facto da população não apresentar a necessária qualificação para o trabalho nem tão-pouco se repar-

tir da maneira mais conveniente para o desenvolvimento económico. Haja em vista a mão-de-obra que foge para o sector terciário. Para uma visão um pouco mais completa havia que mencionar o fenómeno da concentração do rendimento; em particular, a propriedade fundiária está excessivamente concentrada, sendo frequentes as situações de latifúndios insuficientemente explorados.

Também não é indiferente a instabilidade política que se verifica em quase todos os países latino-americanos, a qual concorre para uma situação de oportunismo mais do que verdadeira responsabilização e compromisso por parte dos particulares responsáveis pela expansão económica dentro de cada sector.

Por este sumariíssimo enunciado de alguns aspectos definidores da situação na América Latina, em contraste com as esplêndidas potencialidades de desenvolvimento aí existentes, se vê que há sobejas razões para explicar o interesse de que é alvo este continente. Importa, no entanto, recordar outra face do problema: a sua dimensão política. Embora por laços de cultura associada ao Ocidente, a América Latina não deixará de sentir a atracção do socialismo e do comunismo e senti-la-á tanto mais fortemente quanto maior for a situação de miséria e de descalabro económico e social em que se encontre. Daqui o receio dos ocidentais e nova razão do seu interesse directo no problema.

*Mário
Murteira*

O IV Plano Francês: uma experiência de planeamento indicativo

O começo da execução do IV Plano, dito «de desenvolvimento económico e social», e respeitante ao período 1962-1965, veio reavivar o interesse da opinião internacional pelo planeamento económico em França. Por várias razões.

Embora os técnicos do planeamento correntemente afirmem a possibilidade e a conveniência de certas modalidades de programação em sistema de livre empresa, a verdade é que escasseiam as experiências concretas — razoavelmente amadurecidas e eficazes — de planeamento à escala nacional exercido nos capi-